

# Senado Notícias

## Tarifas altas e serviços de telefonia ruins são criticados no Conselho de Comunicação

Sergio Vieira | 03/04/2017, 14h12 – ATUALIZADO EM 03/04/2017, 18h03



Roque Sá/Agência Senado

O alto preço das tarifas na área de telecomunicações — tida como a segunda mais cara do mundo — e o baixo padrão de qualidade dos serviços, campeão de reclamações nos Procons, foram alvo de críticas na audiência pública promovida pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) nesta segunda-feira (3). Em debate, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Segundo Fernando Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel-DF), a situação pode ficar ainda pior se a proposta que altera a Lei Geral das Comunicações (PLC 79/2016) for aprovada. O projeto modifica o regime na prestação de serviços de concessionário para autorizativo.

Para Pereira, se a mudança se consumir, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não terá mais o que fazer, uma vez que as empresas ficariam definitivamente livres de cumprir obrigações mínimas relativas a metas de qualidade, limites tarifários ou políticas de universalização.

— [O projeto] vai agudizar nessa área o apartheid social que marca a sociedade brasileira, em que temos uma agência reguladora que só demonstra real eficiência na hora de defender os interesses do grande capital — criticou.

Pereira negou que os serviços tenham sido universalizados a partir do processo de privatizações, em 1998. Para ele, a universalização deve ir muito além do acesso a telefones celulares, prevendo ainda condições como a disponibilidade com qualidade não só à telefonia, mas também à banda larga por parte das escolas públicas, populações de periferia e cidades do interior.

Outro ponto criticado por Pereira é o repasse para as concessionárias dos chamados bens reversíveis, que o sindicalista vê como um enorme patrimônio nacional que seria doado "sem uma discussão aprofundada com a sociedade". De acordo com levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), os bens reversíveis, incluindo entre muitos outros itens, torres de telecomunicações e cabos submarinos, versariam hoje na ordem de R\$ 105 bilhões.

Para a conselheira Maria José Braga, o modelo estabelecido a partir do processo de privatizações também estaria longe de atingir a universalização, colocada na época inclusive na legislação como uma condição para que o sistema fosse concedido à iniciativa privada.

## **Preços caros**

Quanto aos preços cobrados pelas empresas, tanto na telefonia celular quanto pelos serviços de internet, o representante da Anatel, Carlos Baigorri, ressaltou que hoje cerca de metade do que é repassado às faturas representam a carga tributária incidente sobre os serviços. Em resposta ao conselheiro Davi Emerich, Baigorri afirmou ainda estar certo que o lançamento do satélite geoestacionário, aguardado para este mês pela Embraer, provocará uma melhora estrutural na prestação de serviços em banda larga no país.

Outro participante do CCS a avaliar a "alta carga tributária" como uma das maiores distorções do modelo brasileiro, Walter Ceneviva acredita que até mesmo a existência de fundos como o Fust passa a ser questionável em virtude da sua "inefetividade".

Murillo de Aragão, também conselheiro, afirmou que recursos do Fust cobrem "despesas pessoais" de funcionários do Ministério das Comunicações e remunerarem instituições financeiras.

## **EBC no Conselho**

Também participante da audiência pública, Luiz Antonio Ferreira, diretor de administração da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), solicitou formalmente que um indicado pela EBC passe a compor o CCS a partir do próximo mandato, como um representante do setor público na comunicação. O presidente do Conselho, Miguel Cançado, afirmou apoiar o pleito, mas lembrou que a nova composição do CCS só será definida a partir de julho, quando termina a atual gestão.

— Cabe portanto à EBC, com toda a 'expertise' que possui, articular dentro do Congresso Nacional buscando atingir seu objetivo legítimo — disse Cançado. A entrada da EBC no Conselho também foi defendida por Ceneviva, para quem nos últimos anos o CCS tem sido "fortemente polarizado" por

representantes indicados diretamente pelas empresas ou por sindicatos.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)